

Universidade Comunitária

Entrevistado

Susana Margarita Speroni

Doutouranda do Programa de Mestrado-Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professora do Departamento de Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia Aplicada e Educação Ambiental; Políticas Públicas na área de Educação e Trabalhos Comunitários. Atua principalmente nos seguintes temas: formação de professores, desenvolvimento sustentável, neoinstitucionalismo.

Prof.^a: A partir dos seus estudos, qual a leitura da questão da identidade das universidades comunitárias, considerando os movimentos e as pressões que essas instituições estão submetidas, entre elas, a expansão do ensino superior?

Prof.^a Susana -... Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que prefiro pensar num conjunto de valores integradores e de seus fatores contingenciais, já que eles são fundamentais ao desenho de uma identidade institucional. Então, os princípios integradores que aqui definem as comunitárias, são: o princípio democrático, a inserção regional e a característica de público não estatal. Em relação a esses três princípios, rapidamente gostaria de resgatar algumas questões históricas que me parecem muito importantes .

Em primeiro lugar: a questão da universidade comunitária, ser de caráter público não estatal, vai se construindo a partir das políticas de expansão da educação superior do governo federal, nos anos 60, na tentativa de atender às demandas reprimidas e os processos de interiorização das IES. As comunidades locais e regionais se mobilizam e formalizam as mantenedoras sob a forma jurídica de fundações e associações que são responsáveis pelas questões patrimoniais. O governo promove uma série de ações que levam à criação de novas faculdades isoladas que depois se integram e acabam formando federações de faculdades ou universidades que tem como objetivo principal ocupar um espaço que o Estado não estava ocupando... Esta é uma questão que é muito importante. Até o final dos anos noventa, o processo de reprodução institucional destas universidades comunitárias estava basicamente calcado na expansão do número de cursos e do número de alunos. Não podemos esquecer que apesar de não visar lucro, essas instituições dependem das mensalidades dos alunos para se sustentar.

Prof.^a Ieda: E pós década de 90, quais os desafios para a reprodução institucional? Na questão da competição pelo mercado, podemos marcar a partir do início dos anos 2000.

Com a entrada de um número cada vez maior de instituições particulares que visam lucro e em consequência da liberalização dos mecanismos de mercado, essa situação se inverte e a competição por alunos se torna cada vez mais acirrada. Também temos as políticas do governo federal para a educação superior vão mudando, com o foco cada vez mais na expansão do setor público através de diversos programas como a Universidade Aberta do Brasil - UAB, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, entre outros. O mercado acaba promovendo uma série de desafios para a gestão dessas instituições que tem que conciliar seus princípios integradores com um certo equilíbrio administrativo para não comprometer sua reprodução institucional. Nesse sentido, a gestão acaba assumindo uma dimensão de grande destaque a ponto de podermos considerá-la como uma quarta dimensão que se agrega às funções de ensino, pesquisa e extensão.

Professora Ieda – Nesse contexto, como fica a questão regional?

. Acho que um fato importante foi a crise das comunitárias em relação à filantropia, que trouxe uma série de movimentos como um seminário promovido pelo COMUNG, no mês de junho de 1999, no Núcleo de Canela, da Universidade de Caxias do Sul - UCS. E esse processo foi se acirrando cada

vez mais, nesta última década. Voltando aos valores integradores gostaria de falar sobre o ser regional que, no discurso corriqueiro, é relacionado com a origem nas comunidades locais conforme foi falado anteriormente. Então, há algumas questões, poucas vezes, lembradas e que na minha percepção, tiveram uma importância muito grande, já que também foram decorrentes de um marco legal, a Lei de 5.540, de 68, (se não me engano em seu artigo 10), que propõe a criação dos distritos geoeeducacionais. Vejo nos distritos geoeeducacionais uma política de regionalização muito importante para as comunitárias no sentido de que através das relações e intercâmbios com instituições públicas acabam internalizando princípios como o caráter público e regional. Lembro da figura de José Mariano Rocha Filho, idealizador dos distritos e que depois idealizou a multiversidade, ou universidade multi campi. Ele ressaltava que esses distritos consideram a vocação do solo e a cultura da região para orientar o ensino e esta me parece uma definição muito clara na questão da regionalidade como valor nas universidades comunitárias. Esses distritos geoeeducacionais, depois fixados por força de portaria em 1974, promovem um movimento que interfere na estrutura de gestão das comunitárias, já que a regionalização proposta pelos distritos acaba por promover uma possibilidade de aglutinação ou de criação de federações de instituições de ensino superior, possibilitando um intercâmbio mais próximo entre aquelas instituições públicas, já mais consolidadas e as próprias comunitárias, faculdades isoladas, enfim... No decorrer dos anos, esse processo de integração entre as duas instâncias, também tem crescido pela possibilidade de estudos conjuntos com as federais, seja a UFRGS ou a UFSM, através dos cursos de mestrado e doutorado. As comunitárias associadas ao COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias) têm programas que trazem a possibilidade de construir mecanismos de trabalho conjunto, transversal... e aí, não posso deixar de lembrar dois grandes projetos: o PAIUNG, um programa de avaliação institucional das universidades comunitárias e o PIEB (Programa Interinstitucional de Educação Básica), que concretizam esse trabalhar coletivo, que é uma característica das comunitárias, um trabalho transversal entre várias instituições.

O ser regional também tem a ver com a forma de constituição patrimonial das mantenedoras, como já foi falado anteriormente. Temos casos de mantenedoras que são compostas por outras mantenedoras, que congregam vários patrimônios, casos de mantenedoras cujo patrimônio foi construído a partir da instauração da mantenedora, pois não existia nenhum patrimônio prévio, tornando-se um patrimônio público, construído no coletivo, pela comunidade. A outra questão do ser regional tem a ver com a ação das universidades comunitárias, no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo essa mais efetiva nas “áreas de abrangência” de cada instituição.

Profª Ieda: A questão do ser regional continua se modificando e o princípio democrático?

As novas tecnologias, os novos processos de mercado, acabam interferindo nessa regionalização. E essa região que era mais definida, mais nítida na época dos distritos geoeeducacionais começa a ficar cada vez mais difusa. Então, a regionalidade acaba se transformando na territorialidade, e isto faz com que o princípio perca um pouco de sua força integradora.

Em relação ao princípio democrático, talvez seja o mais complexo de ser identificado nas instituições comunitárias. Não podemos deixar de esquecer a raiz histórica de construção desse princípio, que, em pleno processo de redemocratização do Brasil, traz a questão da democracia para pauta do discurso institucional. Falo em discurso institucional, porque em nível da prática institucional, em muitas instituições, a questão da democracia ainda não se consolidou, e mesmo naquelas em que está mais consolidada, se relaciona com a escolha direta dos dirigentes. Em relação ao princípio democrático, nós encontramos desde a escolha direta de todos os dirigentes, até situações institucionais com muitos fatores contingenciais, que acabam deixando muito difusa a definição desse conceito, mas que, de alguma forma, pode ser explicitado na questão da listas tríplexes, sextuplas ou outros mecanismos de escolha direta de representantes através de aclamação, ou com outros mecanismos que levariam bastante tempo para detalhar.

Prof.ª Ieda: Por que valores integradores, e não a questão da identidade?

Bem, os valores integradores levam sempre à pergunta: integrar o quê? Então, o desenho institucional de cada universidade apresenta um formato institucional particular, que tem a ver com suas normas, com o grau de consolidação da sua institucionalidade, com as regras, com suas

práticas. Todo esse processo ocorre em torno desses valores integradores e a instituição é desenhada com base nesses princípios num processo dialético de construção e re-construção.

Prof.^a Ieda - Existe uma tensão na vida institucional?

Prof.^a Susana – Existe uma tensão entre os princípios. Os princípios de desenho institucional e os princípios de mercado, porque sempre a instituição só existe se ela conseguir se reproduzir. Se as políticas públicas não oferecem a possibilidade de alocação de recursos de verbas públicas, então a instituição vai ter que estar sempre em uma “corda bamba”, entre os princípios e a redução de custos e a gestão... Então, ela pode ter um ótimo plano de carreira, pode ter um ótimo desenho institucional, mas ela vai ter que dar conta de conseguir acertar seu orçamento e seus gastos para se manter.

Professora Ieda - Quais os desafios, nesse contexto?

Professora Susana – Em primeiro lugar em relação aos princípios integradores, outras questões. precisamos levar em consideração. As instituições comunitárias cresceram bastante, Os gestores, grupo de professores e funcionários que nela trabalham também cresceram e, em muitos casos, as instituições deixaram de ser daquela região, daquele local. Começaram a se promover movimentos de imigração de outros locais, de atração de outros profissionais. Então os professores que trabalham nas comunitárias tem que perceber, vivenciar, discutir ou pelo menos ter uma certa clareza desses princípios, porque esses princípios são muito mais claros para quem exerce a gestão, do que para quem participa da comunidade universitária... é necessário sim, que os princípios sejam discutidos de uma forma mais ampla para que se faça todo um trabalho de integração... (uma outra coisa que não me lembro se falei) que é a questão de que esses princípios, além de integrar o desenho institucional, eles servem para construir os mecanismos de credibilidade e legitimidade. Quanto maior clareza nos princípios, maior legitimidade e credibilidade no discurso da gestão eles vão gerar e a instituição vai ser mais sadia... O desafio é, em primeiro lugar, deixar claro os princípios e, em segundo lugar, utilizar aquela aprendizagem de trabalho coletivo de processo democrático, de negociação, de busca de construção de consensos para promover negociações mais amplas, na busca de alocação de recursos públicos...

Prof.^a Ieda: No atual momento, qual o movimento das comunitárias?

Então destaco esse movimento todo que está acontecendo a partir do final do ano passado, de busca de consensos com outras instituições comunitárias, com outras associações comunitárias como ACADE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) de Santa Catarina, a própria ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), que representa em nível brasileiro, o grupo das comunitárias para tentar ver alguns pontos em comuns e tentar definir um novo marco legal para as comunitárias. Vejo como um movimento muito importante e que vai permitir impor uma racionalidade diferente às políticas de expansão do ensino superior. É um movimento dos gestores e os consensos em torno dos princípios são dos princípios possíveis, talvez não os desejáveis, portanto, são os princípios mais amplos já que esse conjunto todo deverá incluir instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, então... a diversidade de desenhos institucionais das instituições e suas mantenedores é muito diferente, o que vai exigir uma grande negociação política, uma grande possibilidade de construção de um consenso para se fazer frente as particulares. Ao mesmo tempo, nós, algumas ADs estamos propondo junto com o Sindicato dos Professores Particulares (SINPRO/RS) e das associações dos docentes das doze universidades comunitárias associadas ao COMUNG uma mobilização ampla. Pretendemos também propor uma série de ações para os DCEs. Então, é uma mobilização ampla envolvendo alunos e professores através de um conjunto de seminários descentralizados com o intuito de promover discussões em torno do ser comunitário. O primeiro está planejado para Caxias do Sul, no mês de março, para discutir o novo marco legal, visto o projeto de lei encaminhado pela ABRUC, para discutir os valores, para tentar avançar um pouco mais nessa questão. Tanto professores quanto estudantes têm instâncias representativas em nível nacional que podem auxiliar nos encaminhamentos e trabalhar conjuntamente com a Frente Parlamentar das Comunitárias que foi recentemente criada no mês de novembro. Antes de terminar veja só, é difícil desenhar claramente cada um dos valores integradores pelos seus limites e significados complexos e difusos. Se pensarmos que uma

identidade é resultado da relação dialética de um conjunto de valores complexos, o processo torna-se cada vez mais difícil. Por outro lado, em razão dos desafios externos que implicam a construção de consensos no momento temos que nos perguntar: quem somos e o que nos une?

Prof.^a Ieda: Obrigada, prof.^a Susana pela sua entrevista.